



TESOURO NACIONAL

Boletim

2025

Novembro

# Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 31, N.11 – Publicado em 29/12/2025



**Ministério da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Dario Carnevali Durigan

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretários**

Daniel Cardoso Leal

David Rebelo Athayde

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Paulo Moreira Marques

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Rafael Rezende Brigolini

Suzana Teixeira Braga

**Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

**Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais**

Rafael Perez Marcos

**Equipe Técnica**

Bruno Orsi Teixeira

Gabriela Lopes Souto

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

---

**Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)**

**Arte:** Hugo Pullen

**Telefone:** (61) 3412-1843

**E-mail:** [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

**Disponível em:** [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 31, n. 11 (Novembro, 2025). –

**Brasília:** STN, 1995\_.

Mensal.

**Continuação de:** Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

## Panorama Geral - Resultado do Governo Central

### Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Novembro		Variação (2025/2024)		
	2024	2025	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>1. Receita Total</b>	214.661,5	218.448,4	3.787,0	1,8%	-2,6%
<b>2. Transf. por Repartição de Receita</b>	46.863,2	51.519,2	4.656,0	9,9%	5,2%
<b>3. Receita Líquida (I-II)</b>	167.798,2	166.929,2	-869,1	-0,5%	-4,8%
<b>4. Despesa Total</b>	172.301,2	187.101,1	14.799,9	8,6%	4,0%
<b>5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)</b>	-4.502,9	-20.171,9	-15.669,0	348,0%	328,8%
Resultado do Tesouro Nacional	16.666,4	1.353,0	-15.313,4	-91,9%	-92,2%
Resultado do Banco Central	-124,1	-239,4	-115,3	92,9%	84,7%
Resultado da Previdência Social	-21.045,2	-21.285,5	-240,3	1,1%	-3,2%
<b>Memorando:</b>					
Resultado TN e BCB	16.542,3	1.113,6	-15.428,7	-93,3%	-93,6%

Em novembro de 2025, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 20,2 bilhões ante um déficit de R\$ 4,5 bilhões em novembro de 2024. Em termos reais, a receita líquida apresentou uma redução de R\$ 8,4 bilhões (-4,8%), enquanto a despesa total registrou um aumento de R\$ 7,1 bilhões (+4,0%), quando comparadas a novembro de 2024.

# Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Novembro		Variação Nominal		Variação Real	
		2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>		<b>214.661,5</b>	<b>218.448,4</b>	<b>3.787,0</b>	<b>1,8%</b>	<b>-5.790,7</b>	<b>-2,6%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>132.174,6</b>	<b>145.287,3</b>	<b>13.112,7</b>	<b>9,9%</b>	<b>7.215,4</b>	<b>5,2%</b>
1.1.1 Imposto de Importação		7.787,1	7.420,6	-366,5	-4,7%	-713,9	-8,8%
1.1.2 IPI		7.727,9	7.969,4	241,5	3,1%	-103,3	-1,3%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	55.171,3	62.720,6	7.549,3	13,7%	5.087,7	8,8%
1.1.4 IOF	2	5.934,6	8.762,8	2.828,2	47,7%	2.563,4	41,3%
1.1.5 COFINS	3	32.695,1	35.924,0	3.228,9	9,9%	1.770,1	5,2%
1.1.6 PIS/PASEP	4	8.222,1	7.226,2	-995,9	-12,1%	-1.362,7	-15,9%
1.1.7 CSLL		10.202,3	11.013,7	811,4	8,0%	356,2	3,3%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		263,6	310,5	46,8	17,8%	35,1	12,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		4.170,6	3.939,6	-231,1	-5,5%	-417,2	-9,6%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	5	<b>52.098,7</b>	<b>58.086,4</b>	<b>5.987,7</b>	<b>11,5%</b>	<b>3.663,2</b>	<b>6,7%</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>30.388,2</b>	<b>15.074,8</b>	<b>-15.313,4</b>	<b>-50,4%</b>	<b>-16.669,3</b>	<b>-52,5%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	6	4.731,9	285,0	-4.446,9	-94,0%	-4.658,0	-94,2%
1.4.2 Dividendos e Participações	7	7.763,3	1.256,7	-6.506,6	-83,8%	-6.853,0	-84,5%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		2.640,2	1.903,8	-736,4	-27,9%	-854,2	-31,0%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	8	6.478,5	8.156,6	1.678,2	25,9%	1.389,1	20,5%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.686,5	1.878,6	192,1	11,4%	116,8	6,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.726,7	2.769,0	42,3	1,6%	-79,4	-2,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		25,6	0,0	-25,6	-100,0%	-26,7	-100,0%
1.4.8 Demais Receitas	9	4.335,5	-1.174,9	-5.510,4	-	-5.703,8	-
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>46.863,2</b>	<b>51.519,2</b>	<b>4.656,0</b>	<b>9,9%</b>	<b>2.565,1</b>	<b>5,2%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	10	<b>35.068,3</b>	<b>39.123,5</b>	<b>4.055,2</b>	<b>11,6%</b>	<b>2.490,5</b>	<b>6,8%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>1.280,9</b>	<b>1.874,6</b>	<b>593,7</b>	<b>46,3%</b>	<b>536,5</b>	<b>40,1%</b>
2.2.1 Repasse Total		2.340,7	2.617,0	276,3	11,8%	171,9	7,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-1.059,8	-742,4	317,4	-29,9%	364,7	-32,9%
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>1.560,0</b>	<b>1.678,3</b>	<b>118,3</b>	<b>7,6%</b>	<b>48,7</b>	<b>3,0%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>		<b>8.684,0</b>	<b>8.555,6</b>	<b>-128,4</b>	<b>-1,5%</b>	<b>-515,9</b>	<b>-5,7%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>2.6 Demais</b>		<b>269,9</b>	<b>287,3</b>	<b>17,3</b>	<b>6,4%</b>	<b>5,3</b>	<b>1,9%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>		<b>167.798,2</b>	<b>166.929,2</b>	<b>-869,1</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-8.355,9</b>	<b>-4,8%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>		<b>172.301,2</b>	<b>187.101,1</b>	<b>14.799,9</b>	<b>8,6%</b>	<b>7.112,2</b>	<b>4,0%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	11	<b>73.143,9</b>	<b>79.371,9</b>	<b>6.228,0</b>	<b>8,5%</b>	<b>2.964,5</b>	<b>3,9%</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>31.268,4</b>	<b>33.528,3</b>	<b>2.259,9</b>	<b>7,2%</b>	<b>864,7</b>	<b>2,6%</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>23.371,1</b>	<b>25.951,4</b>	<b>2.580,3</b>	<b>11,0%</b>	<b>1.537,5</b>	<b>6,3%</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		3.680,4	3.923,7	243,3	6,6%	79,1	2,1%
4.3.2 Anistiados		16,5	21,1	4,6	27,6%	3,8	22,2%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		3,0	7,7	4,7	157,6%	4,6	146,6%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		69,7	88,6	18,9	27,1%	15,8	21,7%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		9.663,0	10.760,2	1.097,2	11,4%	666,0	6,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		25,6	0,0	-25,6	-100,0%	-26,7	-100,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários	12	1.942,5	465,5	-1.477,1	-76,0%	-1.563,7	-77,1%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		95,8	118,6	22,8	23,8%	18,5	18,5%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		4.040,6	4.859,1	818,5	20,3%	638,2	15,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		312,5	306,3	-6,2	-2,0%	-20,1	-6,2%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.496,8	1.675,4	178,5	11,9%	111,8	7,1%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,1	332,1	-0,1	0,0%	-14,9	-4,3%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		434,3	860,9	426,6	98,2%	407,2	89,8%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		1.105,1	2.118,4	1.013,3	91,7%	964,0	83,5%
4.3.16 Transferências ANA		20,6	10,2	-10,4	-50,5%	-11,3	-52,6%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		175,3	182,7	7,4	4,2%	-0,4	-0,2%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-42,7	221,1	263,8	-	265,7	-
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>44.517,7</b>	<b>48.249,5</b>	<b>3.731,8</b>	<b>8,4%</b>	<b>1.745,5</b>	<b>3,8%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	13	30.782,3	29.990,3	-792,0	-2,6%	-2.165,5	-6,7%
4.4.2 Discricionárias	14	13.735,4	18.259,2	4.523,9	32,9%	3.911,0	27,3%
<b>5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>-4.502,9</b>	<b>-20.171,9</b>	<b>-15.669,0</b>	<b>348,0%</b>	<b>-15.468,1</b>	<b>328,8%</b>

**Nota 1 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 5.087,7 milhões / +8,8%):** o desempenho do Imposto sobre a Renda foi influenciado, sobretudo, pela expansão do IRPJ (+R\$ 2,4 bilhões) e do IRRF (+R\$ 2,2 bilhões). Ainda que a arrecadação bruta tenha observado uma queda neste comparativo, em razão do decréscimo real de 10,4% dos recolhimentos da estimativa mensal, o aumento na arrecadação líquida do IRPJ refletiu a dinâmica de registros das compensações, restituições e retificações. Por seu turno, o crescimento do IRRF esteve concentrado nos rendimentos do trabalho (+R\$ 1,3 bilhão), especialmente nos itens trabalho assalariado e aposentadorias do RGPS e do serviço público, e do capital, principalmente, na arrecadação relacionada a aplicações de renda fixa de pessoas físicas e jurídicas.

**Nota 2 – IOF (+R\$ 2.563,4 milhões / +41,3%):** explicado, majoritariamente, pelo aumento nos recolhimentos associados às operações de crédito destinadas a pessoas jurídicas e às operações de câmbio relativas à saída de moeda estrangeira, refletindo, portanto, as alterações legislativas previstas no Decreto nº 12.499/2025.

**Nota 3 – Cofins (+R\$ 1.770,1 milhões / +5,2%):** refletiu, principalmente, a expansão de 2,2% no volume de serviços (PMS-IBGE), fator que compensou a ligeira queda de 0,3% no volume de vendas (PMC-IBGE). Em termos setoriais, as principais contribuições estiveram relacionadas às entidades financeiras, atividades de prestação de serviços de informação e fabricação de equipamentos de informática e eletrônicos.

**Nota 4 – PIS/Pasep (-R\$ 1.362,7 milhões / -15,9%):** ainda que a arrecadação bruta tenha aumentado (ver Nota 3 para entender os fatores explicativos), a arrecadação líquida registrou variação negativa devido à dinâmica das compensações, restituições e retificações neste comparativo.

**Nota 5 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3.663,2 milhões / +6,7%):** explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 4,2% da massa salarial habitual entre outubro de 2024 e outubro de 2025; ii) saldo positivo de 85.147 empregos em outubro de 2025, segundo o Novo Caged/MTE; iii) aumento real de 2,4% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em novembro de 2025 ante novembro de 2024; e iv) reoneração da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos, conforme Lei nº 14.973/2024.

**Nota 6 – Concessões e Permissões (-R\$ 4.658,0 milhões / -94,2%):** explicado pelo recebimento, em novembro de 2024, de recursos referentes às outorgas de usinas hidrelétricas no âmbito do processo de desestatização da COPEL (R\$ 4,3 bilhões a preços de novembro de 2025), sem contrapartida em 2025.

**Nota 7 – Dividendos e Participações (-R\$ 6.853,0 milhões / -84,5%):** justificado, majoritariamente, pelo pagamento de dividendos pelo BNDES em novembro de 2024 (R\$ 6,1 bilhões a preços de novembro de 2025), sem contrapartida em novembro de 2025. Em menor magnitude, também contribuiu para a variação observada os menores pagamentos efetuados pela Petrobras (-R\$ 801,0 milhões).

**Nota 8 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1.389,1 milhões / +20,5%):** explicada, em grande medida, pela maior arrecadação relativa à comercialização do óleo da União no regime de partilha.

**Nota 9 – Demais Receitas (-R\$ 5.703,8 milhões):** variação observada está associada a devoluções de depósitos judiciais realizadas pela União, referentes à Dívida Ativa, no valor de R\$ 6,2 bilhões, em novembro de 2025. Essas devoluções, embora efetivadas na Conta Única, não foram registradas na classificação da arrecadação das receitas administradas.

**Nota 10 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 2.490,5 milhões / +6,8%):** explicado pela dinâmica dos tributos que compõem a base para estas transferências.



**Nota 11 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 2.964,5 milhões / +3,9%):** o crescimento real da despesa é reflexo do aumento da base de segurados do RGPS, além dos efeitos da política de valorização real do salário-mínimo.

**Nota 12 – Créditos Extraordinários (-R\$ 1.563,7 milhões / -77,1%):** elevação explicada, em grande parte, pelos pagamentos voltados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul em novembro de 2024, sem contrapartida de natureza e magnitude financeira similar em novembro de 2025.

**Nota 13 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (-R\$ 2.165,5 milhões / -6,7%):** redução concentrada nos menores pagamentos associados ao Programa Bolsa Família (-R\$ 2,0 bilhões).

**Nota 14 – Discricionárias (+R\$ 3.911,0 milhões / +27,3%):** explicado, principalmente, pelo crescimento nos pagamentos de ações na função Saúde (+R\$ 3,2 bilhões).

## Panorama Geral - Resultado do Governo Central

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Nov		Variação (2025/2024)		
	2024	2025	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>1. Receita Total</b>	2.387.478,6	2.590.251,3	202.772,7	8,5%	3,3%
<b>2. Transf. por Repartição de Receita</b>	461.872,8	507.847,9	45.975,1	10,0%	4,6%
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	1.925.605,8	2.082.403,4	156.797,6	8,1%	2,9%
<b>4. Despesa Total</b>	1.992.635,6	2.166.226,3	173.590,6	8,7%	3,4%
<b>5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)</b>	-67.029,9	-83.822,9	-16.793,0	25,1%	16,6%
Resultado do Tesouro Nacional	241.930,0	245.366,2	3.436,1	1,4%	-2,9%
Resultado do Banco Central	-1.160,4	-914,4	246,1	-21,2%	-25,3%
Resultado da Previdência Social	-307.799,5	-328.274,7	-20.475,2	6,7%	1,4%
<b>Memorando:</b>					
Resultado TN e BCB	240.769,6	244.451,8	3.682,2	1,5%	-2,8%

Em relação ao resultado acumulado no período de janeiro a novembro de 2025, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 83,8 bilhões, frente a um déficit de R\$ 67,0 bilhões em 2024. Em termos reais, a receita líquida apresentou um aumento de R\$ 60,2 bilhões (+2,9%) e a despesa total registrou uma alta de R\$ 71,9 bilhões (+3,4%) em 2025, quando comparadas ao ano anterior.

# Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
		2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>		<b>2.387.478,6</b>	<b>2.590.251,3</b>	<b>202.772,7</b>	<b>8,5%</b>	<b>82.937,8</b>	<b>3,3%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>1.535.643,7</b>	<b>1.685.130,3</b>	<b>149.486,6</b>	<b>9,7%</b>	<b>72.756,4</b>	<b>4,5%</b>
1.1.1 Imposto de Importação	1	70.071,7	82.766,2	12.694,5	18,1%	9.377,1	12,6%
1.1.2 IPI		77.142,2	80.138,8	2.996,7	3,9%	-857,7	-1,0%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	706.002,0	778.632,8	72.630,9	10,3%	37.297,9	5,0%
1.1.4 IOF	3	61.111,7	77.575,9	16.464,1	26,9%	13.421,1	20,7%
1.1.5 COFINS		336.168,1	355.121,0	18.952,9	5,6%	1.909,6	0,5%
1.1.6 PIS/PASEP		94.943,6	96.685,0	1.741,4	1,8%	-3.124,5	-3,1%
1.1.7 CSLL		157.020,4	166.967,7	9.947,2	6,3%	2.127,6	1,3%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		3.142,7	2.986,7	-156,0	-5,0%	-320,5	-9,6%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	4	30.041,3	44.256,3	14.215,0	47,3%	12.925,9	40,6%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	5	<b>557.811,7</b>	<b>617.669,0</b>	<b>59.857,3</b>	<b>10,7%</b>	<b>31.748,7</b>	<b>5,4%</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>294.023,2</b>	<b>287.452,0</b>	<b>-6.571,2</b>	<b>-2,2%</b>	<b>-21.567,3</b>	<b>-6,9%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões		8.988,8	5.717,1	-3.271,7	-36,4%	-3.693,1	-38,9%
1.4.2 Dividendos e Participações	6	49.052,1	39.344,2	-9.708,0	-19,8%	-12.338,7	-23,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		17.014,8	16.218,2	-796,6	-4,7%	-1.695,6	-9,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		110.779,7	123.193,6	12.413,9	11,2%	6.933,4	5,9%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		21.136,0	21.847,6	711,6	3,4%	-367,5	-1,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		28.296,6	30.835,0	2.538,3	9,0%	1.117,8	3,7%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		71,9	145,1	73,2	101,8%	69,7	91,7%
1.4.8 Demais Receitas	7	58.683,2	50.151,1	-8.532,1	-14,5%	-11.593,2	-18,6%
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>461.872,8</b>	<b>507.847,9</b>	<b>45.975,1</b>	<b>10,0%</b>	<b>22.758,9</b>	<b>4,6%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	8	<b>363.964,8</b>	<b>401.008,0</b>	<b>37.043,2</b>	<b>10,2%</b>	<b>18.706,7</b>	<b>4,8%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>11.721,1</b>	<b>16.869,5</b>	<b>5.148,4</b>	<b>43,9%</b>	<b>4.606,9</b>	<b>37,0%</b>
2.2.1 Repasse Total		23.505,8	25.930,8	2.425,0	10,3%	1.251,1	5,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-11.784,7	-9.061,3	2.723,4	-23,1%	3.355,8	-26,7%
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>17.936,0</b>	<b>19.708,5</b>	<b>1.772,5</b>	<b>9,9%</b>	<b>879,7</b>	<b>4,6%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>		<b>64.207,8</b>	<b>65.786,8</b>	<b>1.579,0</b>	<b>2,5%</b>	<b>-1.675,1</b>	<b>-2,5%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>979,2</b>	<b>917,9</b>	<b>-61,3</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-110,1</b>	<b>-10,6%</b>
<b>2.6 Demais</b>		<b>3.063,9</b>	<b>3.557,3</b>	<b>493,3</b>	<b>16,1%</b>	<b>350,8</b>	<b>10,9%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>		<b>1.925.605,8</b>	<b>2.082.403,4</b>	<b>156.797,6</b>	<b>8,1%</b>	<b>60.178,9</b>	<b>2,9%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>		<b>1.992.635,6</b>	<b>2.166.226,3</b>	<b>173.590,6</b>	<b>8,7%</b>	<b>71.937,8</b>	<b>3,4%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	9	<b>865.611,2</b>	<b>945.943,7</b>	<b>80.332,5</b>	<b>9,3%</b>	<b>36.404,0</b>	<b>4,0%</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	10	<b>326.659,7</b>	<b>356.201,0</b>	<b>29.541,3</b>	<b>9,0%</b>	<b>12.973,7</b>	<b>3,7%</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>323.438,1</b>	<b>359.328,9</b>	<b>35.890,8</b>	<b>11,1%</b>	<b>19.167,4</b>	<b>5,6%</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		76.206,4	83.105,1	6.898,7	9,1%	2.997,0	3,7%
4.3.2 Anistiados		163,1	187,1	24,0	14,7%	15,8	9,1%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		1.726,2	4.695,1	2.968,9	172,0%	2.941,7	160,4%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		734,2	826,0	91,8	12,5%	54,7	7,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11	101.493,5	116.717,7	15.224,2	15,0%	10.202,1	9,5%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		71,9	145,1	73,2	101,8%	69,7	91,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários	12	16.423,5	5.725,6	-10.697,9	-65,1%	-11.631,3	-66,8%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		1.055,9	1.000,6	-55,4	-5,2%	-109,4	-9,8%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	13	43.503,6	54.868,5	11.364,9	26,1%	9.325,3	20,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		4.154,8	4.515,5	360,7	8,7%	151,8	3,4%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		16.493,3	16.882,1	388,8	2,4%	-461,4	-2,6%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		3.653,5	3.652,7	-0,8	0,0%	-188,9	-4,9%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		33.964,7	41.709,0	7.744,3	22,8%	5.510,4	15,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		15.271,2	21.422,4	6.151,2	40,3%	5.413,9	33,2%
4.3.16 Transferências ANA		97,8	75,8	-21,9	-22,4%	-26,8	-26,0%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		2.112,7	1.815,1	-297,6	-14,1%	-407,7	-18,1%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		1.357,0	1.985,4	628,4	46,3%	558,5	38,6%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		4.954,7	-	4.954,7	-100,0%	5.248,0	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>476.926,7</b>	<b>504.752,7</b>	<b>27.825,9</b>	<b>5,8%</b>	<b>3.392,6</b>	<b>0,7%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		322.710,6	335.011,7	12.301,1	3,8%	-4.098,8	-1,2%
4.4.2 Discrecionárias		154.216,1	169.741,0	15.524,9	10,1%	7.491,5	4,6%
<b>5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>-67.029,9</b>	<b>-83.822,9</b>	<b>-16.793,0</b>	<b>25,1%</b>	<b>-11.758,8</b>	<b>16,6%</b>



**Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 9.377,1 milhões / +12,6%):** o resultado decorreu dos aumentos de 2,9% no valor em dólar das importações e de 5,1% na taxa média de câmbio, combinados com a elevação da alíquota média efetiva do Imposto de Importação (+8,8%).

**Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 37.297,9 milhões / +5,0%):** o crescimento da arrecadação do Imposto sobre a Renda foi majoritariamente impulsionado pelo comportamento do IRRF, com destaque para Rendimentos do Trabalho e Rendimentos de Residentes no Exterior. No caso do IRRF sobre rendimentos do trabalho, o aumento refletiu os acréscimos reais na arrecadação incidente sobre os rendimentos do trabalho assalariado e sobre as aposentadorias do RGPS e do regime próprio, enquanto, nos rendimentos de residentes no exterior, o desempenho foi explicado principalmente pelos maiores recolhimentos associados a royalties e assistência técnica, rendimentos do trabalho e juros sobre capital próprio.

**Nota 3 – IOF (+R\$ 13.421,1 milhões / +20,7%):** o aumento do IOF refletiu, principalmente, a expansão da arrecadação nas operações de câmbio na saída de moeda estrangeira, no crédito concedido a pessoas jurídicas e sobre títulos e valores mobiliários. Dita expansão refletiu as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.499/2025, que ampliou a base de incidência do imposto.

**Nota 4 – Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 12.925,9 milhões / +40,6%):** o resultado da arrecadação decorreu, em parte, de maiores recolhimentos de participação da União nas receitas de loteria e de eventos relacionados ao registro de compensações, restituições e retificações elevadas no primeiro semestre de 2024.

**Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 31.748,7 milhões / +5,4%):** a arrecadação previdenciária cresceu em razão do desempenho favorável do mercado de trabalho, refletido na expansão real da massa salarial e na geração líquida de empregos formais, conforme a PNAD Contínua/IBGE e o Novo Caged/MTE. Contribuíram ainda o aumento dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário e os efeitos da reoneração escalonada da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos.

**Nota 6 - Dividendos e Participações (-R\$ 12.338,7 milhões / -23,7%):** a retração da rubrica está associada, sobretudo, à ausência, em 2025, de pagamentos relevantes relativamente aos registrados em 2024, com destaque para os dividendos distribuídos pela Petrobras (-R\$ 10,6 bilhões) e pelo Banco do Brasil (-R\$ 2,9 bilhões). Esse movimento foi parcialmente compensado pelo aumento dos ingressos provenientes da Eletrobras (+R\$ 2,1 bilhões).

**Nota 7 - Demais Receitas (-R\$ 11.593,2 milhões / -18,6%):** a variação reflete, principalmente, o ingresso de depósitos judiciais em outubro de 2024, referentes ao art. 41 da Lei nº 14.973/2024 (R\$ 6,5 bilhões a preços de novembro de 2025). Adicionalmente, o resultado foi influenciado pela devolução de depósitos judiciais referentes à Dívida Ativa da União em novembro de 2025, no montante de R\$ 6,2 bilhões.

**Nota 8 - FPM / FPE / IPI-EE (+R\$ 18.706,7 milhões / +4,8%):** o avanço das transferências constitucionais decorre da expansão da base de receitas sujeita à repartição, que elevou o montante distribuído no período.

**Nota 9 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 36.404,0 milhões / +4,0%):** a elevação da despesa refletiu, principalmente, o aumento do contingente de beneficiários do RGPS e os impactos da política de valorização do salário-mínimo. Somou-se a esses fatores a expansão dos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios vinculados à rubrica, que contribuiu de forma expressiva para a variação real observada.

**Nota 10 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 12.973,7 milhões / +3,7%):** além do impacto financeiro decorrente dos reajustes remuneratórios concedidos aos servidores públicos do Poder Executivo, uma parte relevante do aumento dessa despesa é atribuído ao pagamento de sentenças judiciais e precatórios (+R\$ 5,3 bilhões).

**Nota 11 - Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 10.202,1 milhões / +9,5%):** o desempenho observado foi explicado, em grande medida, pela ampliação da base de beneficiários ao longo do ano e pelos efeitos da política de valorização real do salário-mínimo.

**Nota 12 - Créditos Extraordinários (-R\$ 11.631,3 milhões / -66,8%):** a retração observada esteve associada, essencialmente, ao efeito de base elevada em 2024, ano marcado por desembolsos significativos destinados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul, que não se repetiram no acumulado de 2025.

**Nota 13 - Fundef/Fundeb – Complementação da União (+R\$ 9.325,3 milhões / +20,1%):** a elevação decorreu tanto do bom desempenho da arrecadação dos impostos que formam a base de cálculo do Fundo como das mudanças na legislação (Emenda Constitucional nº 108/2020 e Lei nº 14.113/2020), que ampliaram a participação da União no financiamento da educação básica.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil  
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL <sup>1/</sup>	214.661,5	218.448,4	3.787,0	1,8%	-5.790,7	-2,6%	2.387.478,6	2.590.251,3	202.772,7	8,5%	82.937,8	3,3%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	132.174,6	145.287,3	13.112,7	9,9%	7.215,4	5,2%	1.535.643,7	1.685.130,3	149.486,6	9,7%	72.756,4	4,5%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	7.787,1	7.420,6	-366,5	-4,7%	-713,9	-8,8%	70.071,7	82.766,2	12.694,5	18,1%	9.377,1	12,6%
1.1.2 IPI	7.727,9	7.969,4	241,5	3,1%	-103,3	-1,3%	77.142,2	80.138,8	2.996,7	3,9%	-857,7	-1,0%
1.1.2.1 IPI - Fumo	1.085,5	999,0	-86,5	-8,0%	-134,9	-11,9%	7.786,3	10.420,1	2.633,8	33,8%	2.274,5	27,5%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	293,1	325,7	32,6	11,1%	19,6	6,4%	3.048,1	3.473,6	425,5	14,0%	273,4	8,4%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	615,8	476,9	-138,9	-22,6%	-166,4	-25,9%	7.624,8	5.954,0	-1.670,8	-21,9%	-2.074,4	-25,6%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.836,8	2.878,6	41,8	1,5%	-84,8	-2,9%	26.711,3	29.661,1	2.949,9	11,0%	1.650,7	5,8%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.896,7	3.289,2	392,5	13,5%	263,2	8,7%	31.971,7	30.630,0	-1.341,7	-4,2%	-2.982,0	-8,8%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	55.171,3	62.720,6	7.549,3	13,7%	5.087,7	8,8%	706.002,0	778.632,8	72.630,9	10,3%	37.297,9	5,0%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	4.651,3	5.330,8	679,6	14,6%	472,1	9,7%	66.382,7	72.995,6	6.612,9	10,0%	3.218,8	4,6%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	15.822,9	18.902,5	3.079,6	19,5%	2.373,6	14,4%	264.654,7	281.225,0	16.570,3	6,3%	3.395,6	1,2%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	34.697,2	38.487,3	3.790,1	10,9%	2.242,0	6,2%	374.964,6	424.412,2	49.447,6	13,2%	30.683,6	7,7%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	17.190,1	19.264,5	2.074,4	12,1%	1.307,4	7,3%	165.748,1	192.117,5	26.369,4	15,9%	18.236,5	10,3%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	9.899,3	11.069,9	1.170,6	11,8%	728,9	7,0%	121.387,6	130.578,9	9.191,3	7,6%	2.862,0	2,2%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	5.611,0	6.111,3	500,3	8,9%	250,0	4,3%	67.233,3	78.297,1	11.063,8	16,5%	7.784,7	10,9%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.996,8	2.041,6	44,8	2,2%	-44,3	-2,1%	20.595,6	23.418,8	2.823,2	13,7%	1.800,3	8,2%
1.1.4 IOF	5.934,6	8.762,8	2.828,2	47,7%	2.563,4	41,3%	61.111,7	77.575,9	16.464,1	26,9%	13.421,1	20,7%
1.1.5 Cofins	32.695,1	35.924,0	3.228,9	9,9%	1.770,1	5,2%	336.168,1	355.121,0	18.952,9	5,6%	1.909,6	0,5%
1.1.6 PIS/Pasep	8.222,1	7.226,2	-995,9	-12,1%	-1.362,7	-15,9%	94.943,6	96.685,0	1.741,4	1,8%	-3.124,5	-3,1%
1.1.7 CSLL	10.202,3	11.013,7	811,4	8,0%	356,2	3,3%	157.020,4	166.967,7	9.947,2	6,3%	2.127,6	1,3%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	263,6	310,5	46,8	17,8%	35,1	12,7%	3.142,7	2.986,7	-156,0	-5,0%	-320,5	-9,6%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4.170,6	3.939,6	-231,1	-5,5%	-417,2	-9,6%	30.041,3	44.256,3	14.215,0	47,3%	12.925,9	40,6%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	52.098,7	58.086,4	5.987,7	11,5%	3.663,2	6,7%	557.811,7	617.669,0	59.857,3	10,7%	31.748,7	5,4%
1.3.1 Urbana	51.289,6	57.404,0	6.114,4	11,9%	3.826,0	7,1%	548.962,0	605.501,6	56.539,6	10,3%	28.851,6	4,9%
1.3.2 Rural	809,1	682,4	-126,7	-15,7%	-162,8	-19,3%	8.849,7	12.167,4	3.317,8	37,5%	2.897,1	30,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	30.388,2	15.074,8	-15.313,4	-50,4%	-16.669,3	-52,5%	294.023,2	287.452,0	-6.571,2	-2,2%	-21.567,3	-6,9%
1.4.1 Concessões e Permissões	4.731,9	285,0	-4.446,9	-94,0%	-4.658,0	-94,2%	8.988,8	5.717,1	-3.271,7	-36,4%	-3.693,1	-38,9%
1.4.2 Dividendos e Participações	7.763,3	1.256,7	-6.506,6	-83,8%	-6.853,0	-84,5%	49.052,1	39.344,2	-9.708,0	-19,8%	-12.338,7	-23,7%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	5.596,5	3.052,0	-2.544,4	-45,5%	-2.864,9	-48,1%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	290,0	363,4	73,4	25,3%	61,1	19,8%
1.4.2.3 BNDES	5.793,5	0,0	-5.793,5	-100,0%	-6.052,0	-100,0%	15.876,7	16.146,0	269,3	1,7%	-516,0	-3,1%
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.792,6	2.771,0	-21,7	-0,8%	-189,9	-6,3%

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	268,7	2.348,2	2.079,5	773,9%	2.099,3	733,4%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	1.969,7	1.256,7	-713,1	-36,2%	-801,0	-38,9%	21.945,9	12.569,0	-9.376,9	-42,7%	-10.619,1	-45,5%
1.4.2.9 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.281,8	2.094,5	-187,2	-8,2%	-309,2	-12,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.640,2	1.903,8	-736,4	-27,9%	-854,2	-31,0%	17.014,8	16.218,2	-796,6	-4,7%	-1.695,6	-9,4%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.478,5	8.156,6	1.678,2	25,9%	1.389,1	20,5%	110.779,7	123.193,6	12.413,9	11,2%	6.933,4	5,9%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.686,5	1.878,6	192,1	11,4%	116,8	6,6%	21.136,0	21.847,6	711,6	3,4%	-367,5	-1,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.726,7	2.769,0	42,3	1,6%	-79,4	-2,8%	28.296,6	30.835,0	2.538,3	9,0%	1.117,8	3,7%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	25,6	0,0	-25,6	-100,0%	-26,7	-100,0%	71,9	145,1	73,2	101,8%	69,7	91,7%
1.4.8 Demais Receitas	4.335,5	-1.174,9	-5.510,4	-	-5.703,8	-	58.683,2	50.151,1	-8.532,1	-14,5%	-11.593,2	-18,6%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA <sup>2/</sup></b>	<b>46.863,2</b>	<b>51.519,2</b>	<b>4.656,0</b>	<b>9,9%</b>	<b>2.565,1</b>	<b>5,2%</b>	<b>461.872,8</b>	<b>507.847,9</b>	<b>45.975,1</b>	<b>10,0%</b>	<b>22.758,9</b>	<b>4,6%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>35.068,3</b>	<b>39.123,5</b>	<b>4.055,2</b>	<b>11,6%</b>	<b>2.490,5</b>	<b>6,8%</b>	<b>363.964,8</b>	<b>401.008,0</b>	<b>37.043,2</b>	<b>10,2%</b>	<b>18.706,7</b>	<b>4,8%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>1.280,9</b>	<b>1.874,6</b>	<b>593,7</b>	<b>46,3%</b>	<b>536,5</b>	<b>40,1%</b>	<b>11.721,1</b>	<b>16.869,5</b>	<b>5.148,4</b>	<b>43,9%</b>	<b>4.606,9</b>	<b>37,0%</b>
2.2.1 Repasse Total	2.340,7	2.617,0	276,3	11,8%	171,9	7,0%	23.505,8	25.930,8	2.425,0	10,3%	1.251,1	5,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-1.059,8	-742,4	317,4	-29,9%	364,7	-32,9%	-11.784,7	-9.061,3	2.723,4	-23,1%	3.355,8	-26,7%
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>1.560,0</b>	<b>1.678,3</b>	<b>118,3</b>	<b>7,6%</b>	<b>48,7</b>	<b>3,0%</b>	<b>17.936,0</b>	<b>19.708,5</b>	<b>1.772,5</b>	<b>9,9%</b>	<b>879,7</b>	<b>4,6%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>8.684,0</b>	<b>8.555,6</b>	<b>-128,4</b>	<b>-1,5%</b>	<b>-515,9</b>	<b>-5,7%</b>	<b>64.207,8</b>	<b>65.786,8</b>	<b>1.579,0</b>	<b>2,5%</b>	<b>-1.675,1</b>	<b>-2,5%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>979,2</b>	<b>917,9</b>	<b>-61,3</b>	<b>-6,3%</b>	<b>-110,1</b>	<b>-10,6%</b>
<b>2.6 Demais</b>	<b>269,9</b>	<b>287,3</b>	<b>17,3</b>	<b>6,4%</b>	<b>5,3</b>	<b>1,9%</b>	<b>3.063,9</b>	<b>3.557,3</b>	<b>493,3</b>	<b>16,1%</b>	<b>350,8</b>	<b>10,9%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	<b>167.798,2</b>	<b>166.929,2</b>	<b>-869,1</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-8.355,9</b>	<b>-4,8%</b>	<b>1.925.605,8</b>	<b>2.082.403,4</b>	<b>156.797,6</b>	<b>8,1%</b>	<b>60.178,9</b>	<b>2,9%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL <sup>2/</sup></b>	<b>172.301,2</b>	<b>187.101,1</b>	<b>14.799,9</b>	<b>8,6%</b>	<b>7.112,2</b>	<b>4,0%</b>	<b>1.992.635,6</b>	<b>2.166.226,3</b>	<b>173.590,6</b>	<b>8,7%</b>	<b>71.937,8</b>	<b>3,4%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>73.143,9</b>	<b>79.371,9</b>	<b>6.228,0</b>	<b>8,5%</b>	<b>2.964,5</b>	<b>3,9%</b>	<b>865.611,2</b>	<b>945.943,7</b>	<b>80.332,5</b>	<b>9,3%</b>	<b>36.404,0</b>	<b>4,0%</b>
<b>Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup></b>	<b>57.627,9</b>	<b>62.489,8</b>	<b>4.861,9</b>	<b>8,4%</b>	<b>2.290,7</b>	<b>3,8%</b>	<b>684.141,0</b>	<b>744.058,1</b>	<b>59.917,1</b>	<b>8,8%</b>	<b>25.152,8</b>	<b>3,5%</b>
<b>Sentenças Judiciais e Precatórios</b>	<b>1.729,4</b>	<b>1.857,7</b>	<b>128,4</b>	<b>7,4%</b>	<b>51,2</b>	<b>2,8%</b>	<b>19.442,8</b>	<b>31.550,9</b>	<b>12.108,1</b>	<b>62,3%</b>	<b>11.185,9</b>	<b>54,2%</b>
<b>Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup></b>	<b>15.516,0</b>	<b>16.882,1</b>	<b>1.366,1</b>	<b>8,8%</b>	<b>673,8</b>	<b>4,2%</b>	<b>181.470,2</b>	<b>201.885,6</b>	<b>20.415,4</b>	<b>11,2%</b>	<b>11.251,2</b>	<b>5,8%</b>
<b>Sentenças Judiciais e Precatórios</b>	<b>467,6</b>	<b>505,5</b>	<b>37,9</b>	<b>8,1%</b>	<b>17,1</b>	<b>3,5%</b>	<b>5.230,6</b>	<b>8.629,7</b>	<b>3.399,1</b>	<b>65,0%</b>	<b>3.152,4</b>	<b>56,8%</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>31.268,4</b>	<b>33.528,3</b>	<b>2.259,9</b>	<b>7,2%</b>	<b>864,7</b>	<b>2,6%</b>	<b>326.659,7</b>	<b>356.201,0</b>	<b>29.541,3</b>	<b>9,0%</b>	<b>12.973,7</b>	<b>3,7%</b>
<b>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</b>	<b>441,1</b>	<b>283,7</b>	<b>-157,4</b>	<b>-35,7%</b>	<b>-177,1</b>	<b>-38,4%</b>	<b>3.976,5</b>	<b>9.430,1</b>	<b>5.453,6</b>	<b>137,1%</b>	<b>5.277,5</b>	<b>124,9%</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>23.371,1</b>	<b>25.951,4</b>	<b>2.580,3</b>	<b>11,0%</b>	<b>1.537,5</b>	<b>6,3%</b>	<b>323.438,1</b>	<b>359.328,9</b>	<b>35.890,8</b>	<b>11,1%</b>	<b>19.167,4</b>	<b>5,6%</b>
<b>4.3.1 Abono e Seguro Desemprego</b>	<b>3.680,4</b>	<b>3.923,7</b>	<b>243,3</b>	<b>6,6%</b>	<b>79,1</b>	<b>2,1%</b>	<b>76.206,4</b>	<b>83.105,1</b>	<b>6.898,7</b>	<b>9,1%</b>	<b>2.997,0</b>	<b>3,7%</b>
<b>Abono</b>	<b>18,2</b>	<b>51,6</b>	<b>33,3</b>	<b>182,7%</b>	<b>32,5</b>	<b>170,6%</b>	<b>28.271,8</b>	<b>30.909,7</b>	<b>2.638,0</b>	<b>9,3%</b>	<b>1.139,7</b>	<b>3,8%</b>
<b>Seguro Desemprego</b>	<b>3.662,2</b>	<b>3.872,1</b>	<b>210,0</b>	<b>5,7%</b>	<b>46,6</b>	<b>1,2%</b>	<b>47.934,6</b>	<b>52.195,4</b>	<b>4.260,8</b>	<b>8,9%</b>	<b>1.857,3</b>	<b>3,6%</b>
<b>d/q Seguro Defeso</b>	<b>152,6</b>	<b>-1,3</b>	<b>-153,9</b>	<b>-</b>	<b>-160,7</b>	<b>-</b>	<b>4.218,0</b>	<b>5.621,5</b>	<b>1.403,5</b>	<b>33,3%</b>	<b>1.225,6</b>	<b>27,2%</b>
<b>4.3.2 Anistiados</b>	<b>16,5</b>	<b>21,1</b>	<b>4,6</b>	<b>27,6%</b>	<b>3,8</b>	<b>22,2%</b>	<b>163,1</b>	<b>187,1</b>	<b>24,0</b>	<b>14,7%</b>	<b>15,8</b>	<b>9,1%</b>
<b>4.3.3 Apoio Fin. EE/MM</b>	<b>3,0</b>	<b>7,7</b>	<b>4,7</b>	<b>157,6%</b>	<b>4,6</b>	<b>146,6%</b>	<b>1.726,2</b>	<b>4.695,1</b>	<b>2.968,9</b>	<b>172,0%</b>	<b>2.941,7</b>	<b>160,4%</b>

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	69,7	88,6	18,9	27,1%	15,8	21,7%	734,2	826,0	91,8	12,5%	54,7	7,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.663,0	10.760,2	1.097,2	11,4%	666,0	6,6%	101.493,5	116.717,7	15.224,2	15,0%	10.202,1	9,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	555,5	584,9	29,4	5,3%	4,6	0,8%	4.870,6	5.573,6	702,9	14,4%	463,4	9,0%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	25,6	0,0	-25,6	-100,0%	-26,7	-100,0%	71,9	145,1	73,2	101,8%	69,7	91,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários	1.942,5	465,5	-1.477,1	-76,0%	-1.563,7	-77,1%	16.423,5	5.725,6	-10.697,9	-65,1%	-11.631,3	-66,8%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	95,8	118,6	22,8	23,8%	18,5	18,5%	1.055,9	1.000,6	-55,4	-5,2%	-109,4	-9,8%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.040,6	4.859,1	818,5	20,3%	638,2	15,1%	43.503,6	54.868,5	11.364,9	26,1%	9.325,3	20,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	312,5	306,3	-6,2	-2,0%	-20,1	-6,2%	4.154,8	4.515,5	360,7	8,7%	151,8	3,4%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.496,8	1.675,4	178,5	11,9%	111,8	7,1%	16.493,3	16.882,1	388,8	2,4%	-461,4	-2,6%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,1	-0,1	0,0%	-14,9	-4,3%	3.653,5	3.652,7	-0,8	0,0%	-188,9	-4,9%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	434,3	860,9	426,6	98,2%	407,2	89,8%	33.964,7	41.709,0	7.744,3	22,8%	5.510,4	15,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.105,1	2.118,4	1.013,3	91,7%	964,0	83,5%	15.271,2	21.422,4	6.151,2	40,3%	5.413,9	33,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.104,3	1.701,0	596,6	54,0%	547,3	47,4%	9.776,9	18.145,3	8.368,3	85,6%	7.945,3	76,2%
Equalização de custeio agropecuário	29,5	215,1	185,6	629,3%	184,3	598,1%	457,6	1.886,2	1.428,6	312,2%	1.420,6	291,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4/</sup>	290,5	356,8	66,3	22,8%	53,4	17,6%	2.516,4	5.103,6	2.587,2	102,8%	2.485,9	92,7%
Política de preços agrícolas	28,6	1,3	-27,2	-95,3%	-28,5	-95,5%	137,0	85,0	-52,0	-38,0%	-58,4	-40,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	1,3	1,2	-	1,2	-	0,9	16,9	16,0	-	16,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	28,5	0,0	-28,5	-99,9%	-29,7	-99,9%	136,1	68,1	-68,0	-50,0%	-74,5	-51,8%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	662,5	753,8	91,3	13,8%	61,7	8,9%	4.568,9	8.408,7	3.839,7	84,0%	3.647,9	74,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	632,6	713,7	81,1	12,8%	52,9	8,0%	4.416,5	7.937,7	3.521,2	79,7%	3.335,0	70,8%
Concessão de Financiamento <sup>5/</sup>	29,9	40,1	10,2	33,9%	8,8	28,2%	152,4	470,9	318,6	209,0%	312,9	192,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	90,6	149,3	58,7	64,7%	54,6	57,7%	474,2	515,1	40,8	8,6%	18,2	3,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	53,7	85,0	31,3	58,3%	28,9	51,5%	587,3	600,6	13,3	2,3%	-16,1	-2,6%
Concessão de Financiamento <sup>5/</sup>	36,9	64,3	27,4	74,2%	25,7	66,7%	-113,1	-85,5	27,5	-24,3%	34,4	-28,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6/</sup>	0,0	1,0	1,0	-	1,0	-	767,4	42,5	-724,8	-94,5%	-778,1	-94,7%
Alcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA <sup>5/</sup>	9,6	25,6	16,0	165,8%	15,5	154,5%	289,2	1.159,5	870,2	300,9%	862,3	279,6%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,6	0,0	-1,6	-100,0%	-1,7	-100,0%	227,9	193,5	-34,4	-15,1%	-47,0	-19,2%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-



Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD) <sup>7</sup>	0,8	1,0	0,1	17,9%	0,1	12,8%	9,9	9,9	-0,0	-0,2%	-0,5	-5,1%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5/</sup>	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	200,0	200,0	-	200,0	-	476,6	766,5	289,9	60,8%	261,5	51,6%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	17,5	12,9	-4,7	-26,6%	-5,6	-30,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
Receitas de Recuperação de Subvenções <sup>8/</sup>	-9,4	-3,1	6,4	-67,5%	6,8	-68,9%	-165,8	-38,0	127,8	-77,1%	138,7	-78,3%
Proagro	0,0	440,0	440,0	-	440,0	-	4.767,6	3.356,0	-1.411,6	-29,6%	-1.689,5	-33,1%
PNAFE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	22,0	-58,6	-80,7	-	-82,8	-
Demais Subsídios e Subvenções	0,7	-22,6	-23,3	-	-23,3	-	704,7	-20,2	-724,9	-	-759,1	-
4.3.16 Transferências ANA	20,6	10,2	-10,4	-50,5%	-11,3	-52,6%	97,8	75,8	-21,9	-22,4%	-26,8	-26,0%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	175,3	182,7	7,4	4,2%	-0,4	-0,2%	2.112,7	1.815,1	-297,6	-14,1%	-407,7	-18,1%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	-42,7	221,1	263,8	-	265,7	-	1.357,0	1.985,4	628,4	46,3%	558,5	38,6%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	4.954,7	0,0	-4.954,7	-100,0%	-5.248,0	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>44.517,7</b>	<b>48.249,5</b>	<b>3.731,8</b>	<b>8,4%</b>	<b>1.745,5</b>	<b>3,8%</b>	<b>476.926,7</b>	<b>504.752,7</b>	<b>27.825,9</b>	<b>5,8%</b>	<b>3.392,6</b>	<b>0,7%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.782,3	29.990,3	-792,0	-2,6%	-2.165,5	-6,7%	322.710,6	335.011,7	12.301,1	3,8%	-4.098,8	-1,2%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.685,3	1.780,5	95,2	5,6%	20,0	1,1%	16.560,7	19.059,2	2.498,6	15,1%	1.687,3	9,6%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	14.021,4	12.643,9	-1.377,5	-9,8%	-2.003,1	-13,7%	154.015,9	145.827,6	-8.188,3	-5,3%	-16.184,9	-9,9%
4.4.1.3 Saúde	14.001,9	14.440,9	439,1	3,1%	-185,7	-1,3%	136.580,4	153.770,8	17.190,3	12,6%	10.391,5	7,2%
4.4.1.4 Educação	257,7	376,7	119,1	46,2%	107,6	40,0%	7.828,6	8.047,6	218,9	2,8%	-183,7	-2,2%
4.4.1.5 Demais	816,0	748,2	-67,8	-8,3%	-104,2	-12,2%	7.725,0	8.306,5	581,5	7,5%	191,0	2,3%
4.4.2 Discricionárias	13.735,4	18.259,2	4.523,9	32,9%	3.911,0	27,3%	154.216,1	169.741,0	15.524,9	10,1%	7.491,5	4,6%
4.4.2.1 Saúde	2.552,9	5.827,4	3.274,5	128,3%	3.160,6	118,5%	44.281,9	49.680,4	5.398,5	12,2%	2.968,9	6,3%
4.4.2.2 Educação	2.168,1	2.973,7	805,6	37,2%	708,9	31,3%	24.550,8	27.586,7	3.035,9	12,4%	1.779,0	6,8%
4.4.2.3 Defesa	1.370,1	919,7	-450,4	-32,9%	-511,6	-35,7%	10.058,9	9.875,5	-183,3	-1,8%	-702,0	-6,6%
4.4.2.4 Transporte	1.406,9	1.240,1	-166,8	-11,9%	-229,6	-15,6%	14.006,0	13.069,4	-936,6	-6,7%	-1.663,9	-11,2%
4.4.2.5 Administração	814,6	852,4	37,8	4,6%	1,5	0,2%	5.762,5	7.564,7	1.802,2	31,3%	1.521,3	24,9%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	1.408,3	975,5	-432,8	-30,7%	-495,6	-33,7%	6.457,0	8.457,4	2.000,3	31,0%	1.706,2	24,9%

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.4.2.7 Segurança Pública	257,2	397,4	140,3	54,5%	128,8	47,9%	2.921,0	3.444,3	523,3	17,9%	377,2	12,2%
4.4.2.8 Assistência Social	178,1	719,5	541,5	304,1%	533,5	286,8%	7.069,7	7.474,7	405,0	5,7%	26,1	0,3%
4.4.2.9 Demais	3.579,2	4.353,4	774,2	21,6%	614,5	16,4%	39.108,3	42.587,7	3.479,4	8,9%	1.478,7	3,6%
<b>5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)</b>	<b>-4.502,9</b>	<b>-20.171,9</b>	<b>-15.669,0</b>	<b>348,0%</b>	<b>-15.468,1</b>	<b>328,8%</b>	<b>-67.029,9</b>	<b>-83.822,9</b>	<b>-16.793,0</b>	<b>25,1%</b>	<b>-11.758,8</b>	<b>16,6%</b>
<b>6. AJUSTES METODOLÓGICOS</b>	<b>126,3</b>						<b>-200,6</b>					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU <sup>9/</sup>	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA <sup>10/</sup>	126,3						-200,6					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126/	0,0						0,0					
6.4 Ajuste Metodológico Compensações LC nº 194/2022 (pré-Acordo Unii	0,0						0,0					
<b>7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-1.304,6</b>						<b>-4.862,0</b>					
<b>8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)</b>	<b>-5.681,3</b>						<b>-72.092,5</b>					
<b>9. JUROS NOMINAIS <sup>13/</sup></b>	<b>-84.694,0</b>						<b>-767.751,3</b>					
<b>10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) <sup>14/</sup></b>	<b>-90.375,2</b>						<b>-839.843,7</b>					

Memorando												
<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>52.098,7</b>	<b>58.086,4</b>	<b>5.987,7</b>	<b>11,5%</b>	<b>3.663,2</b>	<b>6,7%</b>	<b>557.811,7</b>	<b>617.669,0</b>	<b>59.857,3</b>	<b>10,7%</b>	<b>24.445,0</b>	<b>10,1%</b>
Arrecadação Ordinária	52.098,7	58.086,4	5.987,7	11,5%	3.663,2	6,7%	557.811,7	617.669,0	59.857,3	10,7%	24.445,0	10,1%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>Custeio Administrativo</b>	<b>5.944,4</b>	<b>5.668,3</b>	<b>-276,0</b>	<b>-4,6%</b>	<b>-541,3</b>	<b>-8,7%</b>	<b>52.909,3</b>	<b>62.031,6</b>	<b>9.122,3</b>	<b>17,2%</b>	<b>5.847,4</b>	<b>16,2%</b>
<b>Investimento</b>	<b>7.116,7</b>	<b>5.924,9</b>	<b>-1.191,8</b>	<b>-16,7%</b>	<b>-1.509,4</b>	<b>-20,3%</b>	<b>64.623,1</b>	<b>68.007,3</b>	<b>3.384,2</b>	<b>5,2%</b>	<b>-570,4</b>	<b>4,9%</b>
<b>PAC <sup>15/</sup></b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Minha Casa Minha Vida</b>	<b>1.260,5</b>	<b>3.062,5</b>	<b>1.802,0</b>	<b>143,0%</b>	<b>1.745,8</b>	<b>132,6%</b>	<b>11.482,1</b>	<b>16.690,0</b>	<b>5.207,8</b>	<b>45,4%</b>	<b>4.526,7</b>	<b>42,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia acima

12/ Refere-se aos valores das compensações pelas perdas do ICMS no âmbito da LC nº 194/2022 compensados por liminares antes do acordo celebrado entre a União e os Estados e o DF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191. Nas estatísticas acima da linha, esses valores foram registrados retroativamente, nos respectivos meses nos quais as parcelas das dívidas efetivamente deixaram de ser pagas à União. Já nas estatísticas abaixo da linha, tal montante impactou em sua totalidade o mês de dezembro/2023, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações.

13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" - Brasil  
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	46.996,6	51.558,6	4.562,0	9,7%	2.465,1	5,0%	461.860,0	506.492,7	44.632,8	9,7%	21.395,6	4,4%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	35.068,3	39.123,5	4.055,2	11,6%	2.490,5	6,8%	363.964,8	401.008,0	37.043,2	10,2%	18.706,6	4,8%
1.2 Fundos Constitucionais	1.280,9	1.874,6	593,7	46,3%	536,5	40,1%	11.721,1	16.869,5	5.148,4	43,9%	4.606,9	37,0%
1.2.1 Repasse Total	2.340,7	2.617,0	276,3	11,8%	171,9	7,0%	23.505,8	25.930,8	2.425,0	10,3%	1.251,1	5,0%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 1.059,8	- 742,4	317,4	-29,9%	364,7	-32,9%	-11.784,7	-9.061,3	2.723,4	-23,1%	3.355,8	-26,7%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.560,0	1.678,3	118,3	7,6%	48,7	3,0%	17.936,0	19.708,5	1.772,5	9,9%	879,7	4,6%
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	8.817,4	8.595,0	- 222,5	-2,5%	- 615,9	-6,7%	64.194,9	64.431,6	236,7	0,4%	-3.038,3	-4,5%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	979,2	917,9	-61,3	-6,3%	-110,1	-10,6%
1.6 Demais	269,9	287,3	17,3	6,4%	5,3	1,9%	3.063,9	3.557,3	493,3	16,1%	350,8	10,9%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	3,9	0,0	-3,9	-100,0%	-4,1	-100,0%
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	1,2	2,8	1,6	130,1%	1,5	120,3%	10,2	35,3	25,1	245,7%	24,8	228,8%
1.6.4 ITR	268,7	284,4	15,7	5,9%	3,7	1,3%	2.885,5	3.392,2	506,7	17,6%	373,7	12,3%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	164,4	129,8	-34,6	-21,0%	-43,7	-24,8%
1.6.6 Outras	1/ -	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	172.624,5	186.353,7	13.729,2	8,0%	6.027,1	3,3%	1.991.974,8	2.164.943,9	172.969,0	8,7%	71.356,6	3,4%
2.1 Benefícios Previdenciários	73.120,0	79.314,9	6.195,0	8,5%	2.932,5	3,8%	865.368,7	945.438,0	80.069,3	9,3%	36.152,7	3,9%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.128,3	33.367,2	2.238,9	7,2%	850,0	2,6%	325.436,9	355.094,4	29.657,5	9,1%	13.158,8	3,8%
2.2.1 Ativo Civil	14.030,8	15.319,1	1.288,2	9,2%	662,2	4,5%	144.627,2	158.938,7	14.311,6	9,9%	7.013,2	4,6%
2.2.2 Ativo Militar	2.983,9	3.175,4	191,5	6,4%	58,3	1,9%	31.174,1	32.431,6	1.257,5	4,0%	-342,3	-1,0%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	8.368,5	9.051,6	683,1	8,2%	309,7	3,5%	89.811,7	96.340,8	6.529,0	7,3%	1.960,1	2,1%
2.2.4 Reformas e pensões militares	5.323,5	5.549,4	225,9	4,2%	- 11,7	-0,2%	56.400,8	58.151,9	1.751,2	3,1%	-1.142,7	-1,9%
2.2.5 Sentenças e Precatórios	421,5	271,7	- 149,8	-35,5%	- 168,6	-38,3%	3.423,2	9.231,4	5.808,2	169,7%	5.670,6	156,1%
2.2.6 Outros	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.299,3	25.958,4	2.659,2	11,4%	1.619,6	6,7%	323.327,3	359.436,6	36.109,3	11,2%	19.393,9	5,6%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	3.680,4	3.923,7	243,3	6,6%	79,1	2,1%	76.206,4	83.105,1	6.898,7	9,1%	2.997,0	3,7%
2.3.2 Anistiados	16,5	20,7	4,1	25,0%	3,4	19,7%	163,1	186,4	23,2	14,2%	15,0	8,7%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	3,0	7,7	4,7	157,9%	4,6	146,9%	1.726,2	4.695,1	2.968,9	172,0%	2.941,8	160,4%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	69,8	88,8	19,0	27,2%	15,9	21,7%	737,6	827,3	89,7	12,2%	52,5	6,7%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.663,0	10.760,1	1.097,2	11,4%	666,0	6,6%	101.493,1	116.718,1	15.225,0	15,0%	10.203,0	9,5%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	9.107,4	10.175,2	1.067,8	11,7%	661,4	7,0%	96.622,8	111.144,7	14.521,9	15,0%	9.739,3	9,5%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	555,5	584,9	29,4	5,3%	4,6	0,8%	4.870,3	5.573,5	703,1	14,4%	463,7	9,0%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	25,6	-	- 25,6	-100,0%	- 26,7	-100,0%	71,9	145,1	73,2	101,8%	69,7	91,7%
2.3.7 Créditos Extraordinários	1.830,3	468,3	- 1.362,0	-74,4%	- 1.443,7	-75,5%	16.105,5	5.752,7	-10.352,9	-64,3%	-11.269,2	-66,0%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	95,8	118,6	22,8	23,8%	18,5	18,5%	1.055,9	1.000,6	-55,4	-5,2%	-109,4	-9,8%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.040,6	4.859,1	818,5	20,3%	638,2	15,1%	43.503,6	54.868,5	11.364,9	26,1%	9.325,3	20,1%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	312,2	306,9	- 5,3	-1,7%	- 19,2	-5,9%	4.153,9	4.520,8	366,9	8,8%	158,2	3,6%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.497,4	1.620,8	123,4	8,2%	56,6	3,6%	16.341,2	16.450,5	109,3	0,7%	-732,9	-4,2%

Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,1	-	0,1	0,0%	-	14,9	-4,3%	3.653,5	3.652,7	-0,8	0,0%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	474,3	919,3		445,0	93,8%		423,8	85,5%	34.321,9	42.214,9	7.893,0	23,0%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.105,1	2.118,4		1.013,3	91,7%		964,0	83,5%	15.271,2	21.422,4	6.151,2	40,3%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	29,5	215,1		185,6	629,3%		184,3	598,1%	457,6	1.886,2	1.428,6	312,2%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	290,5	356,8		66,3	22,8%		53,4	17,6%	2.516,4	5.103,6	2.587,2	102,8%
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	1,3		1,2	-		1,2	-	0,9	16,9	16,0	-
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-	-		-	-		-	-	6,0	0,0	-6,0	-100,0%
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	28,5	0,0	-	28,5	-99,9%	-	29,7	-99,9%	119,7	68,1	-51,6	-43,1%
2.3.15.6 Pronaf	662,5	753,8		91,3	13,8%		61,7	8,9%	4.579,3	8.408,7	3.829,4	83,6%
2.3.15.7 Proex	90,6	149,3		58,7	64,7%		54,6	57,7%	474,2	515,1	40,8	8,6%
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	1,0		1,0	-		1,0	-	767,4	42,5	-724,8	-94,5%
2.3.15.9 Álcool	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	9,6	25,6		16,0	165,8%		15,5	154,5%	289,2	1.159,5	870,2	300,9%
2.3.15.11 Funcafé	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.12 Revitaliza	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,6	-	-	1,6	-100,0%	-	1,7	-100,0%	227,9	193,5	-34,4	-15,1%
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,8	1,0		0,1	17,9%		0,1	12,8%	9,9	9,9	-0,0	-0,2%
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	200,0		200,0	-		200,0	-	476,6	766,5	289,9	60,8%
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-		-	-		-	-	17,5	12,9	-4,7	-26,6%
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	9,4	-	3,1	6,4	-67,5%	6,8	-68,9%	-165,8	-38,0	127,8	-77,1%
2.3.15.19 Proagro	-	440,0		440,0	-		440,0	-	4.767,6	3.356,0	-1.411,6	-29,6%
2.3.15.20 PNAFE	-	-		-	-		-	-	22,0	-58,6	-80,7	-
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.26 - Cacau	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	0,7	22,6	-	23,3	-	-	23,3	-	704,7	-20,2	-724,9	-
2.3.16 Transferências ANA	20,6	10,2	-	10,4	-50,5%	-	11,3	-52,6%	97,8	75,8	-21,9	-22,4%
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	175,3	182,7		7,4	4,2%	-	0,4	-0,2%	2.112,7	1.815,1	-297,6	-14,1%
2.3.18 Impacto Primário do FIES	-	42,7		221,1	263,8	-	265,7	-	1.357,0	1.985,4	628,4	46,3%
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-		-	-		-	-	4.954,7	0,0	-4.954,7	-100,0%
2.3.20 Demais	-	-		-	-		-	-	0,0	0,0	0,0	-
<b>2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>45.076,9</b>	<b>47.713,1</b>		<b>2.636,2</b>	<b>5,8%</b>		<b>624,9</b>	<b>1,3%</b>	<b>477.841,9</b>	<b>504.974,8</b>	<b>27.132,9</b>	<b>5,7%</b>
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.843,0	29.909,3	-	933,7	-3,0%	-	2.309,9	-7,2%	322.857,6	334.904,9	12.047,3	3,7%
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.688,7	1.775,7		87,0	5,2%		11,7	0,7%	16.570,1	19.054,6	2.484,5	15,0%
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	14.049,0	12.609,7	-	1.439,3	-10,2%	-	2.066,1	-14,1%	154.083,5	145.775,9	-8.307,7	-5,4%
2.4.1.3 Saúde	14.029,5	14.401,9		372,4	2,7%	-	253,5	-1,7%	136.644,6	153.723,7	17.079,1	12,5%
2.4.1.4 Educação	258,2	375,7		117,5	45,5%		106,0	39,3%	7.831,3	8.044,7	213,4	2,7%
2.4.1.5 Demais	817,6	746,2	-	71,4	-8,7%	-	107,9	-12,6%	7.728,1	8.306,0	578,0	7,5%



Discriminação	Novembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Nov		Variação Nominal		Variação Real	
	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2024	2025	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.4.2 Discrecionárias	14.233,9	17.803,8	3.569,9	25,1%	2.934,8	19,7%	154.984,3	170.070,0	15.085,7	9,7%	7.012,6	4,3%
2.4.2.1 Saúde	2.645,6	5.682,1	3.036,5	114,8%	2.918,5	105,6%	44.408,6	49.718,4	5.309,7	12,0%	2.873,1	6,1%
2.4.2.2 Educação	2.246,7	2.899,5	652,8	29,1%	552,5	23,5%	24.694,5	27.616,1	2.921,6	11,8%	1.656,7	6,3%
2.4.2.3 Defesa	1.419,9	896,8	- 523,1	-36,8%	- 586,5	-39,5%	10.135,7	9.903,1	-232,6	-2,3%	-755,2	-7,0%
2.4.2.4 Transporte	1.458,0	1.209,2	- 248,8	-17,1%	- 313,8	-20,6%	14.100,8	13.086,3	-1.014,5	-7,2%	-1.746,9	-11,7%
2.4.2.5 Administração	844,1	831,2	- 13,0	-1,5%	- 50,6	-5,7%	5.807,3	7.575,1	1.767,8	30,4%	1.484,6	24,1%
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	1.459,4	951,2	- 508,2	-34,8%	- 573,4	-37,6%	6.523,0	8.465,5	1.942,5	29,8%	1.645,1	23,8%
2.4.2.7 Segurança Pública	266,5	387,5	121,0	45,4%	109,1	39,2%	2.939,7	3.445,6	505,9	17,2%	358,8	11,5%
2.4.2.8 Assistência Social	184,5	701,6	517,0	280,2%	508,8	263,9%	7.116,7	7.487,6	370,9	5,2%	-10,9	-0,1%
2.4.2.9 Demais	3.709,1	4.244,8	535,7	14,4%	370,2	9,6%	39.257,9	42.772,2	3.514,3	9,0%	1.507,4	3,6%
Memorando												
<b>m. Créditos Extraordinários</b>	<b>1.830,3</b>	<b>468,3</b>	<b>- 1.362,0</b>	<b>-74,4%</b>	<b>- 1.443,7</b>	<b>-75,5%</b>	<b>16.105,5</b>	<b>5.752,7</b>	<b>-10.352,9</b>	<b>-64,3%</b>	<b>-11.269,2</b>	<b>-66,0%</b>
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	76,4	275,6	199,1	260,5%	195,7	245,1%	614,1	2.773,9	2.159,8	351,7%	2.135,8	328,1%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	0,6	-	0,6	-100,0%	0,6	-100,0%	4,0	0,0	-4,0	-98,9%	-4,2	-98,9%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	56,7	3,0	- 53,7	-94,6%	- 56,2	-94,9%	518,5	39,7	-478,8	-92,3%	-509,4	-92,7%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	0,4	0,1	- 0,4	-87,9%	- 0,4	-88,4%	35,1	30,0	-5,2	-14,8%	-6,4	-17,2%
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	18,7	272,5	253,8	-	252,9	-	56,5	2.704,2	2.647,7	-	2.655,9	-
m.2 - Discrecionárias (Créditos Extraordinários)	1.753,9	192,7	- 1.561,2	-89,0%	- 1.639,4	-89,5%	15.491,4	2.978,8	-12.512,6	-80,8%	-13.405,0	-81,6%
m.2.1 - Discrecionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	19,3	2,4	- 16,9	-87,4%	- 17,7	-87,9%	306,8	127,7	-179,0	-58,4%	-194,6	-60,1%
m.2.2 - Discrecionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	5,1	0,5	- 4,6	-90,8%	- 4,9	-91,2%	22,5	39,0	16,5	73,2%	15,7	66,2%
m.2.3 - Discrecionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	116,7	15,8	- 100,9	-86,4%	- 106,1	-87,0%	797,7	465,1	-332,6	-41,7%	-370,6	-44,0%
m.2.4 - Discrecionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	186,7	54,1	- 132,6	-71,0%	- 140,9	-72,3%	442,3	578,5	136,3	30,8%	120,4	25,9%
m.2.5 - Discrecionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	3,9	0,0	- 3,9	-100,0%	- 4,0	-100,0%	51,5	5,7	-45,8	-88,9%	-48,6	-89,4%
m.2.6 - Discrecionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	-	0,1	0,1	-	0,1	-	0,0	6,5	6,5	-	6,5	-
m.2.7 - Discrecionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	153,6	34,6	- 119,0	-77,5%	- 125,9	-78,4%	3.771,8	711,9	-3.059,9	-81,1%	-3.284,3	-82,0%
m.2.8 - Discrecionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	37,9	7,8	- 30,1	-79,4%	- 31,8	-80,3%	396,0	207,1	-188,9	-47,7%	-210,5	-50,1%
m.2.9 - Discrecionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	1.230,7	77,4	- 1.153,2	-93,7%	- 1.208,2	-94,0%	9.702,9	837,3	-8.865,6	-91,4%	-9.439,0	-91,8%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.